

Resultados das investigações do SIMA-Dest e Departamento de Análise de Políticas
MADER-Direcção de Economia

EXPORTAÇÃO DE MILHO: AMEAÇA CONTRA A SEGURANÇA ALIMENTAR RURAL?

Resultados de Um Inquérito às Famílias Rurais do Norte de Moçambique¹

Por: Equipe Técnica do SIMA

INTRODUÇÃO

A questão de como os produtores do sector familiar fazem face à redução da disponibilidade de cereais para garantirem a sua segurança alimentar, tem criado acesas discussões entre políticos, académicos, técnicos e aqueles que tomam decisões ao nível do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) e não só. Um dos elementos dessa discussão tem sido a ocorrência de exportações, particularmente de milho, para os países vizinhos e os efeitos que estas podem ter sobre os preços e segurança alimentar nas zonas rurais. Esta discussão teve maior intensidade durante o ano comercial 2001/02, porque as exportações ao Malawi ocorreram durante um ano de fraca colheita nacional de milho e os preços deste alimento dispararam na zona norte. Para além das preocupações sobre a segurança alimentar nesta zona, resultou que algumas empresas agro-industriais queixaram-se da incapacidade de obter suficientes quantidades de milho para as suas actividades.

Vários argumentos são apresentados tanto pelos que são favoráveis como pelos que não são a favor de medidas de impedimento de exportações em anos como este. Como forma de participar neste debate, com base em dados colhidos junto aos produtores do sector agrícola, o Departamento de Análise de Políticas do MADER, através do Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA), desenhou e implementou um inquérito aos produtores no Norte de Moçambique. O estudo foi desenhado com o objectivo de se obter a percepção que estes têm e a avaliação que fazem sobre a sua própria segurança alimentar, comparando as suas estratégias em anos de boa colheita (como o ano 2000/01) e anos de escassez

(como o ano 2001/02). Este *Flash* apresenta os resultados deste inquérito.

METODOLOGIA

O inquérito sobre a Segurança Alimentar (SA) foi levado a cabo durante a segunda semana de Novembro de 2001 e deu-se especial ênfase ao efeito que as exportações feitas em anos de escassez têm sobre a segurança alimentar dos agregados familiares. O grupo alvo do inquérito, foi constituído por produtores de culturas alimentares residentes em zonas que têm sido alvo de exportações de milho. Estas zonas incluíram as províncias de Niassa, Nampula e Zambézia. Os distritos cobertos foram uma miscelânea entre distritos fronteiriços com o Malawi e outros grandes produtores. Estes distritos foram: Cuamba, Mandimba e Mecanhelas na província do Niassa, Malema e Lalaua na província de Nampula, Alto Molócue, Mocuba, Milange e Gurué na província da Zambézia. Por tanto, foram abrangidas no total três províncias e nove distritos.

Foram seleccionados três povoados em cada um dos distritos, tendo em conta a sua importância na produção e comercialização agrícola e após aconselhamento junto aos directores distritais de Agricultura. Em cada distrito foram escolhidos aleatoriamente entre 5 a 7 agregados familiares (AF). As entrevistas foram conduzidas aos chefes dos mesmos, independentemente da sua idade ou estatuto, mas que fossem produtores de culturas alimentares. Ao todo entrevistaram-se 167 famílias.

O inquérito esteve dividido em duas partes, uma destinada a cobrir as estratégias dos agregados familiares para garantir a segurança alimentar em 2001/02 (ano de fraca colheita, grandes exportações

¹As opiniões aqui expressas são da inteira responsabilidade dos autores, não reflectindo de maneira alguma as opiniões oficiais do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER).

e altos preços) comparada com as de 2000/01 (ano de produção "normal", poucas exportações e preços mais acessíveis). A outra parte foi destinada a cobrir aspectos da comercialização na presente campanha agrícola, fazendo também a comparação entre 2001/02 e 2000/01.

RESULTADOS

Situação da Segurança Alimentar Ano Passado e Corrente Ano

Na tabela 1, pôde-se observar a situação da segurança alimentar dos AF entrevistados, tanto do ano anterior às entrevistas (2000/01) como do ano das entrevistas (2001/02). Nas três províncias abrangidas pelo inquérito, acima de 50 % dos entrevistados, afirmaram que a sua segurança alimentar tinha sido boa/muito boa em 2000/01, tendo a percentagem mais baixa acontecido na província da Zambézia e a mais alta (77%) na província de Nampula, sugerindo estes valores uma melhor colheita na província de Nampula.

Fazendo a comparação entre os dois anos comerciais por província, acima de 80% dos AF entrevistados afirmaram que a sua segurança alimentar era pior em 2001/02 em relação a 2000/01, não havendo no entanto uma grande diferença percentual entre as três

Tabela 1. Situação da Segurança Alimentar dos Agregados Familiares Entrevistados, 2000/01 e 2001/02

Avaliação Própria da Segurança Alimentar do AF	Tipo de Resposta	Zambézia	Nampula	Niassa
Ano Passado (2000/01)	% que responderam "sim"			
	Boa/muito boa	53	77	60
	Regular	45	21	27
	Má	2	3	13
Este Ano (2001/02) comparado com ano passado	Melhor	1	3	4
	Igual	15	8	4
	Pior	84	90	89

províncias. Questionados sobre as causas da pior segurança alimentar em 2001/02, a maioria dos AF considerou o excesso de chuvas como o principal factor dessa situação e as pragas especialmente de animais selvagens como o macaco, o porco do mato e até de elefantes. As poucas famílias que afirmaram estar na mesma condição do ano passado de boa segurança alimentar, foi em face às boas colheitas de mandioca verificadas.

Estratégia mais Utilizada para Garantir a Segurança Alimentar

A tabela 2 resume as principais estratégias usadas pelas Famílias nos anos comerciais de 2000/01 e 2001/02 para garantir a segurança alimentar. Como se pode ver na tabela, o consumo de mandioca foi muito importante na Zambézia (mais do que o milho), tanto em 2000/01 como em 2001/02, tanto assim, que cerca de 45% dos AF entrevistados afirmaram que o consumo deste tubérculo seria a estratégia mais utilizada na época de fome de 2001/02 para garantir a sua segurança alimentar.

Tabela 2. Estratégias Mais Utilizadas para Garantir a Segurança Alimentar, 2000/01 e 2001/02 (%)

Estratégia Mais Utilizada	Zambézia		Nampula		Niassa	
	Ano Passado	Este Ano	Ano Passado	Este Ano	Ano Passado	Este Ano
----- Percentagem -----						
Milho Próprio	31	5	62	13	67	38
Mandioca Própria	57	44	33	54	18	18
Outra Cultura Própria	6	5	3	3	7	2
Compra de Comida / Ganho-Ganho	6	46	3	31	9	42

A importância da mandioca como estratégia para a segurança alimentar cresceu na província de Nampula, uma vez que somente 33% dos AF a tinham como principal estratégia no ano passado, mas para este ano a percentagem subiu para 54%. Se em Nampula e Zambézia o consumo da mandioca é importante, o mesmo não se verifica em Niassa, onde o consumo deste alimento parece ser pouco relevante, não sendo a principal estratégia da maioria das famílias.

No ano passado, o consumo de milho foi a principal aposta das famílias para garantirem a sua segurança alimentar, em Nampula (62%) e Niassa (67%), mas neste ano perdeu importância em ambas províncias, com 13% dos AF em Nampula a considerarem o consumo de milho como a principal estratégia e somente 38% em Niassa.

Ainda na tabela 2, a compra de comida e o ganho-ganho (trabalho na machamba de outrém a troco de comida ou um valor monetário), tiveram mais importância em 2001/02 relativamente a 2000/01, em que menos de 10 % das famílias nas 3 províncias abrangidas pelo inquérito a tinham como principal estratégia. Relativamente ao ganho-ganho, nos anos de preços altos como 2001/02, muitos agregados familiares oferecem mão de obra porque necessitam de alimentos, resultando num aumento da oferta de mão de obra enquanto a sua procura continua estável ou mesmo baixa. As famílias que contratam indivíduos em regime de ganho-ganho pagando com alimentos (como por exemplo com milho), provavelmente dão menos milho pelo trabalho, comparado com uma situação de ganho-ganho em anos de melhor produção e consequentemente baixos preços. Assim, o ganho-ganho pode ser menos efectivo como estratégia de segurança alimentar quando é mais necessário. Mesmo que o trabalho na machamba de outrém seja pago em dinheiro ao invés de alimentos, a mesma lógica aplica-se: é de esperar que o dinheiro pago nestes anos seja menor. Portanto, é preciso investigar mais profundamente a efectividade do ganho-ganho como estratégia de segurança alimentar durante os anos de pouca produção e altos preços.

O Que o Governo Deve Fazer Durante os Anos de Pouca Produção/Preços Altos?

Na parte superior da tabela 3, pode-se ver claramente que em anos de muita procura do milho branco, quer devido à baixa produção nacional ou à grande procura externa, as famílias nunca vendem todo o milho. É interessante notar (embora as diferenças percentuais não sejam tão elevadas) que a maior percentagem dos entrevistados com resposta "Sim, nunca vendem todo o produto" aparece na Zambézia (84%), província que parece viver mais os efeitos da procura externa relativamente às outras duas abrangidas neste inquérito, nomeadamente Nampula e Niassa.

Relativamente à comercialização em 2001/02 (parte intermédia na tabela 3), cerca de 95 % dos AF entrevistados em cada uma das três províncias abrangidas pelo inquérito não venderam milho em 2001/02 ou então venderam menos do que em 2000/01, confirmando os resultados da parte superior da mesma tabela, em que uma grande percentagem dos AF afirmaram que nunca vendem todo o produto.

Os AF que afirmaram não terem vendido milho tanto em 2000/01 como em 2001/02 (32% do total dos AF entrevistados), foram induzidos pelas quebras na produção e dos que venderam milho nos dois anos (21% do total dos AF entrevistados), as vendas foram menores na campanha de comercialização de 2001/02.

A parte inferior da tabela 3, mostra que a província da Zambézia é mais "pro-exportações" (76%) quer a nível dos comerciantes nacionais como pelos comerciantes estrangeiros, sendo a província de Niassa a menos "pro-exportações" (29%). Mas mesmo assim, em Niassa 69% dos entrevistados afirmaram que as exportações não deveriam ser proibidas (40+29). Pelos resultados obtidos, pode-se afirmar que existe o sentimento entre os AF de que o comércio de exportação não deve ser proibido, mesmo em anos de baixa produção que induzem a preços altos.

Os AF entrevistados, preferem que os estrangeiros comprem e exportem para qualquer destino, alegando como principal razão para isto o facto de serem uma garantia de bons rendimentos monetários, o que não acontece quando o contrário se verifica, chegando muitos deles a não venderem o produto por falta de compradores. Além disso muitos deles fazem trocas produto por produto especialmente com os comerciantes malawianos, como por exemplo o milho por capulanas.

No entanto, para os AF que afirmaram que o governo deveria proibir completamente as exportações do milho em anos de escassez, quer sejam exportações por parte de comerciantes nacionais como estrangeiros (apenas a quinta parte dos entrevistados), alegam que estas exportações aumentam a fome, e muitas das vezes acabam eles próprios por comprar o mesmo produto que venderam, a preços duas ou mesmo três vezes mais elevados.

Tabela 3: Comportamento das Famílias e Opinião Sobre o Que o Governo Deve Fazer Durante os Anos de Pouca Produção / Preços Altos

Estratégia	Tipo de Resposta	Zambézia	Nampula	Niassa
		% dos AF que responderam "sim"		
O Que Fazem em Anos de Pouca Produção /Altos Preços?	Recorrem a outras culturas	8	10	14
	Nunca vendem todo o produto	84	74	75
	Compram comida	1	0	5
	Outras acções	6	11	7
O Que Fizeram Com o Milho Este Ano (2001/02)?	Não venderam milho este ano (nem ano passado)	30	28	40
	Não venderam milho este ano (sim venderam ano passado)	35	59	42
	Venderam menos milho este ano	31	8	13
	Venderam mais milho este ano	4	5	4
O Que o Governo Deve Fazer em Anos de Pouca Produção/Altos Preços?	Proibir exportações	18	18	27
	Permitir exportações só por comerciantes nacionais	4	18	40
	Permitir exportações por comerciantes nacionais e estrangeiros	76	47	29
	Outra acção	2	3	0

Preço do Milho em 2000/01 e 2001/02

Olhando para a tabela 4, os preços médios (Mt/Kg) de venda de milho subiram este ano nas três províncias, sendo interessante notar que os preços foram muito mais altos em Milange (zona fronteira) do que em qualquer outro distrito da província da Zambézia (tabela 4), tanto no ano passado como neste ano, sendo isto um reflexo do comércio com o Malawi.

Tabela 4: Preços de Milho Recebidos em 2000 e 2001 em Cada Distrito (Mt/kg)

Distrito	Preço mais comum em 2000 (Mt/kg)	Preço mais comum em 2001 (Mt/kg)
Zambézia	1162	1600
Mocuba	1012	1230
Alto Molócuè	802	1599
Gurue	913	1333
Milange	1688	2323
Niassa	1440	2846
Cuamba	1266	3069
Mandimba	1714	1429
Mecanhelas	1471	3000
Nampula	1239	1728
Lalaua	1631	1134
Malema	1137	2119
Média da Zona	1252	1874

Até a altura da realização do inquérito (Novembro de 2001), a maior parte dos AF tinha comercializado o seu milho entre Julho e Outubro. O facto de poucos AF terem vendido em Maio e Junho é um sinal de que a maioria dos AF podem guardar o milho até o preço começar a subir, beneficiando-se então dos preços altos.

Planos Para a Campanha Agrícola de 2001/02

A tabela 5 resume os planos de sementeira para a presente campanha. É interessante notar que os AF da província de Niassa (84%) estão a aumentar a área de cultivo do milho (sem prejudicar outras culturas) mais do que Nampula (82%) e Zambézia (61%), talvez influenciados pelo preço do milho durante este ano (2.846 Mt / Kg, tabela 4) relativamente às outras duas províncias.

Em relação a existência de milho para a venda nesta campanha de comercialização, 98% do total das famílias entrevistados já não o possuem para comercializar, uma vez que não produziram o suficiente. Talvez por isso, 73% do total dos entrevistados encontram-se actualmente a aumentar as áreas semeadas com milho sem prejudicar as outras culturas, sendo este um indicador do benefício que o país ganha com preços altos do milho.

Tabela 5: Planos de Sementeira Para a Próxima Campanha

Estratégia para o próximo ano	Zambézia	Nampula	Niassa
	% dos AF que responderam "sim"		
Aumentar área de milho sem reduzir a de outras culturas	61	82	84
Diminuir área de outras culturas para milho	1	0	2
Manter a área de milho	28	18	11
Outra opção	10	0	2

CONCLUSÕES

O estudo examinou as estratégias de segurança alimentar adoptadas pelas famílias rurais em anos de fraca colheita e anos de melhor colheita. Os anos comerciais de 2001/02 (fraca colheita) e 2000/01 (melhor colheita) foram usados como exemplo dessas estratégias comparadas de segurança alimentar junto dos produtores do sector familiar. O estudo centrou-se no caso do norte de Moçambique devido à importância deste na produção de alimentos dentro do país, e à ocorrência de exportações de cereais a partir daquela região, especialmente nos anos de pouca produção em Moçambique e nos países vizinhos.

Algumas das constatações mais importantes do estudo são de que 1) os agregados familiares rurais a norte de Moçambique têm no milho a sua base de alimentação mais importante, mas a mandioca joga um papel predominante para muitas delas, especialmente durante os anos de pouca produção, 2) as famílias também produzem outros cereais e recorrem a trabalhos pagos em espécie e em dinheiro para garantirem a sua segurança alimentar, 3) as estratégias de segurança alimentar das famílias rurais variam de ano para ano em função da melhor ou pior colheita, mas elas nunca chegam a vender todo o seu produto mesmo quando os preços são muito altos, 4) a maior parte das famílias acha que o governo nunca deveria proibir as exportações mesmo quando a produção é pouca, e 5) as famílias rurais baseiam-se nos sinais de mercado para tomarem decisões sobre sementeiras futuras.

Estas constatações são particularmente importantes para efeitos de política e são interessantes quando

analisadas no quadro da economia agrária de Moçambique, onde os custos de vender do norte produtivo para o sul deficitário são muito elevados. Vários estudos (Coulter 1996; e Santos e Tschirley 1999) indicam que ao norte é mais vantajoso exportar para os países vizinhos (Malawi por exemplo) do que vender para o sul, ao mesmo tempo que para o sul é mais vantajoso importar dos países vizinhos (África do Sul por exemplo) do que trazer milho do norte.

Em segundo lugar, nas condições actuais de ligação entre o norte e o sul de Moçambique e entre estes e os países que lhes são vizinhos, não parece que medidas de proibição de exportações de milho a partir do norte para os países vizinhos beneficiem o sul ou o centro do país necessariamente. Evidências (Santos e Tschirley 1999) indicam que exportações de milho a partir do norte de Moçambique para países vizinhos não têm nenhum efeito estatisticamente credível sobre os preços no centro ou sul de Moçambique. Vale notar que os altos preços de milho no sul durante este ano devem-se à situação de *défice regional*, especialmente na África do Sul e às exportações internacionais que esse país efectuou e não principalmente à redução da produção nacional.

Finalmente, proibir exportações a partir do norte de Moçambique especialmente nos anos de fraca produção e preços altos pode ter efeitos negativos sobre o sector como um todo, por via da desmotivação para a prática da cultura de milho pelos produtores rurais. Os prejuízos disso podem ser muito grandes a longo prazo para o sub-sector como um todo, incluindo a indústria moageira de grande escala que mereceu importantes investimentos no norte de Moçambique nos últimos anos. O governo pode apoiar essa indústria e por via disso o sub-sector do milho como um todo, sem ser via restrição de exportações. O governo pode, por exemplo, garantir esse apoio através de um investimento na divulgação atempada das previsões de colheita no país e na região, o que permitiria que a indústria se organizasse nas suas estratégias de garantia de matéria-prima para a sua laboração plena. Outras medidas "pro-mercado", como melhorias nas vias de acesso, diminuição de barreiras burocráticas para a formação de associações de produtores e promoção em colaboração com o sector privado de um sistema melhorado de normas de qualidade, também teriam impactos bastante positivos sobre o subsector - e sobre a redução da pobreza e a economia do norte como um todo.

BIBLIOGRAFIA

- Arlindo, Pedro et al. 2001. *Economia Agrícola do Norte de Moçambique: Desenvolvimentos Recentes e Perspectivas*. Flash 27P. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Maputo.
- Bowen, Nita. 1998. *Traders and Trading: Malawi and Zambézia Province, Mozambique*. Annex 1 to Whiteside (1998).
- Coulter, Jonathan. 1996. *Maize Marketing and Pricing Study - Mozambique (2 vol)*. Natural Resources Institute/ODA, Report No. R2247 (C). Chatham.
- Santos, Ana Paula, and David Tschirley. 1999. *The Effect of Maize Trade with Malawi on Price Levels in Mozambique: Implications for Development Policy*. Michigan State University. East Lansing.
- Staatz, John. 1997. *Notes on Subsector Analysis as a Diagnostic Tool for Linking Industry and Agriculture*. Department of Agricultural Economics. Michigan State University.
- Tschirley, David and A. Santos. 1995. *Desafios Para Garantir a Concorrência e Reduzir os Custos No Sistema Alimentar de Mocambique*. Relatório de Pesquisa No. 28 Ministério da Agricultura e Pescas. Maputo.
- Tschirley, David. 1998. *Regional Trade and the Economic Development of Northern Mozambique*. Flash 13E. Ministry of Agriculture and Fisheries. Maputo.
- Whiteside, M. 1998. *When the Whole is More than the Sum of the Parts: The Effects of Cross-border Interactions on Livelihood Security in Southern Malawi and Northern Mozambique*. A Report for Oxford Great Britain in Mozambique.